



acesse no site através do QR CODE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Mirae Asset Securities (Brasil) CCTVM Ltda., em cumprimento às disposições legais e estatutárias apresenta as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre encerrado de 2014 e 2013, bem como as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes. O resultado líquido de 3.948 R\$ mil em 30 de junho de 2014, representa uma rentabilidade de 2,21% sobre o patrimônio líquido médio, contra -0,30% em 30 de junho de 2013. A Mirae Asset Securities (Brasil) CCTVM Ltda. continua investindo para trazer novos clientes oferecendo o mais alto nível de serviços para atender as necessidades dos clientes em todos os momentos e mantém o foco no desenvolvimento de estratégias de negócios e novas plataformas que variam de acordo com o cenário econômico global buscando obter um fluxo diversificado de receitas.

A Diretoria.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Encerrados em

	30/06/14		30/06/13			30/06/14		30/06/13	
	(R\$ mil)	(R\$ mil)	(R\$ mil)	(R\$ mil)		(R\$ mil)	(R\$ mil)	(R\$ mil)	(R\$ mil)
Ativo					Passivo				
Circulante	94.176	100.963	30.053	33.703	Circulante	30.053	33.703	30.053	33.703
Disponibilidades	70	69	-	6.504	Instrumentos Financeiros Derivativos	-	6.504	-	6.504
Aplicações Interfin. de Liquidez	23.514	22.715	-	-	Instrumentos financeiros derivativos (acima)	-	-	-	-
Aplicações no mercado aberto	23.514	22.715	-	-	Outras Obrigações	30.053	27.199	30.053	27.199
TVM e Instrum. Financ. Derivativos	63.286	50.455	-	-	Sociais e estatutárias	-	1.275	-	1.275
Carteira própria	61.371	8.542	-	2.128	Fiscais e previdenciárias	-	1.915	-	1.915
Instrumentos financeiros derivativos	421	6.849	-	26.965	Negociação e intermediação de valores	26.965	23.043	26.965	23.043
Vinculados à prestação de garantia	1.494	35.064	-	960	Diversas	960	966	960	966
Outros Créditos	7.237	27.622	-	-	Não Circulante	281	97	281	97
Rendas a receber	379	460	-	-	Outras Obrigações	281	97	281	97
Negociação e intermediação de valores	6.631	26.723	-	-	Fiscais e previdenciárias	-	97	-	97
Diversos	385	611	-	-	Diversas	281	-	281	-
(Provisão para outros créditos liq. duvidosa)	(158)	(172)	-	-	Patrimônio Líquido	178.322	165.545	178.322	165.545
Outros Valores e Bens	69	102	-	-	Capital:	165.899	160.000	165.899	160.000
Despesas antecipadas	69	102	-	-	De Domiciliados no país	-	160.000	-	160.000
Não Circulante	114.480	98.382	-	-	De Domiciliados no exterior	165.899	-	165.899	-
TVM e Instrum. Financ. Derivativos	110.471	95.362	-	-	Reservas de lucros	8.477	5.905	8.477	5.905
Carteira própria	72.073	95.362	-	-	Ajustes de avaliação patrimonial	(2)	130	(2)	130
Vinculados à prestação de garantia	38.398	-	-	-	Lucros acumulados	3.948	(490)	3.948	(490)
Outros Créditos	1.304	-	-	-					
Diversos	1.304	-	-	-					
Investimentos	40	40	-	-					
Outros investimentos	40	40	-	-					
Imobilizado de Uso	972	1.039	-	-					
Outras imobilizações de uso	2.512	1.814	-	-					
(Depreciações acumuladas)	(1.540)	(775)	-	-					
Diferido	491	-	-	-					
Gastos de organização e expansão	818	-	-	-					
(Amortização acumulada)	(327)	-	-	-					
Intangível	1.202	1.941	-	-					
Ativos Intangíveis	3.757	3.729	-	-					
(Amortização acumulada)	(2.555)	(1.788)	-	-					
Total do Ativo	208.656	199.345			Total do Passivo e Patrimônio Líquido	208.656	199.345		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

	1º-Sem-14		1º-Sem-13	
	(R\$ mil)	(R\$ mil)	(R\$ mil)	(R\$ mil)
Receitas de Intermediação Financeira	12.935	4.788		
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	12.849	4.783		
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	26	(13)		
Resultado de operações de câmbio	60	18		
Despesas da Intermediação Financeira	(158)	(158)		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(158)	(158)		
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	12.935	4.630		
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(6.310)	(5.297)		
Receitas de prestação de serviços	3.565	2.878		
Despesas de pessoal	(2.669)	(3.899)		
Outras despesas administrativas	(4.149)	(3.741)		
Despesas tributárias	(1.148)	(834)		
Outras receitas operacionais	279	314		
Outras despesas operacionais	(2.188)	(15)		
Resultado Operacional	6.625	(667)		
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	6.625	(667)		
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.662)	210		
Provisão para Imposto de Renda	(1.659)	(997)		
Provisão para Contribuição Social	(1.003)	(606)		
Ativo Fiscal Diferido	-	1.813		
Participações Estatutárias no Lucro	(15)	(33)		
Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	3.948	(490)		
Nº de cotas:	165.898.739	160.000.000		
Lucro/(Prejuízo) por mil cotas R\$	23,80	(3,06)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

h. Impairment de ativos não financeiros: O Conselho Monetário Nacional - CMN emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566, com efeito, a partir de 1º de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*Impairment*), estabelecendo os seguintes critérios: Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como *ágio e marca*, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* ocorre quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado. Não foram identificados eventos que identificassem a necessidade de reconhecimento do *impairment* nos semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013. **i. Passivos circulante e não circulante:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço. **j. Provisão para imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre os lucros que excederem a R\$240 no ano. A contribuição social é calculada à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos:

a. Em 30 de junho de 2014 e 2013, a carteira de títulos e valores mobiliários estava composta por:

	30/06/14					
	Valor de custo	Sem vencimento	Até 3 meses	Até 1 ano	De 1 ano até 5 anos	De 5 anos até 15 anos
Disponíveis para venda						
Carteira própria:						
Títulos públicos - LFT	72.076	-	-	-	72.073	-
Cotas de fundos de investimento	59.187	59.187	-	-	-	59.187
Mirae Asset Fi Referenciado DI	21.688	21.688	-	-	-	21.688
Maptre CGD Securities FI Referenciado DI	5.204	5.204	-	-	-	5.204
Mirae Asia Sector Leader Equity Fund	7.241	7.241	-	-	-	7.241
Emerging Markets Great Consumer Fund	16.448	16.448	-	-	-	16.448
Global Great Consumer Fund	8.606	8.606	-	-	-	8.606
Certificado de depósito bancário Woori Bank - CDB	2.184	-	2.184	-	-	2.184
Subtotal	133.447	59.187	2.184	-	72.073	133.444
Disponíveis para venda						
Vinculados à prestação de garantias:						
Títulos públicos - LFT	38.398	-	-	-	38.398	-
Certificado de depósito bancário Woori Bank - CDB (i)	1.494	-	1.494	-	-	1.494
Subtotal	39.892	-	1.494	-	38.398	39.892
Total	173.339	59.187	3.678	-	110.471	173.336

Em 30 de junho de 2014, foram registrados ajustes ao valor de mercado sobre os títulos classificados na categoria de títulos disponíveis para venda, no montante de R\$ 3 (R\$ 228 em 2013), os quais foram reconhecidos em contrapartida do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários no montante de R\$ 1 (R\$ 98 em 2013). Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC. Corretora possui aplicações no fundo BTG Pactual High Yield Fund de Investimento Multimercado. As cotas dos fundos de investimento foram atualizadas pelo respectivo valor da cota no último dia útil do mês. **(i) CDB vinculado à garantia locatícia junto ao Woori Bank. b. Instrumentos financeiros derivativos:** A Corretora realiza operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, os quais são registrados e atualizados em contas patrimoniais ou de compensação, que se destinam a atender às necessidades de seus clientes. A administração desses riscos é efetuada por meio de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e diversas técnicas de acompanhamento das posições. Em 30 de junho de 2014, a Corretora possui posição em aberto com instrumentos financeiros derivativos, representados por operações com ações a termo no montante de R\$345.

Papel	Posição	Venci-mento	Quan-tidade	Cotação	Posição Líquida
AMBEV S/A ON	Comprado	10/2014	1.000	16,27	16
ENEVA ON	Comprado	10/2014	12.000	1,34	16
Total			182.500		421
AMBEV PN	Comprado	25/07/2013	220	93,09	20
ENERGIAS BR ON	Comprado	04/09/2013	1.500	13,61	20
VALE PNA	Comprado	16/07/2013	1.000	34,05	34
LIGHT S/A ON	Comprado	16/07/2013	2.000	20,94	42
LIGHT S/A ON	Comprado	18/07/2013	3.000	19,11	57
CEMIG PN	Comprado	18/09/2013	1.128	23,36	23
CEMIG PN	Comprado	29/10/2013	500	22,36	11
MARCOPOLO PN	Comprado	04/11/2013	500	13,94	7
VALE PNA	Comprado	16/11/2013	1.000	31,11	30
MULTIPLUS ON	Comprado	20/09/2013	200	35,29	7
PLASCAR PART ON	Comprado	02/09/2013	5.000	0,50	3
OGX PETROLEO ON	Comprado	31/10/2013	2.276	1,46	3
OGX PETROLEO ON	Comprado	04/11/2013	18.000	1,39	24
OSX BRASIL ON	Comprado	11/06/2013	1.000	2,51	2
SID NACIONAL ON	Comprado	10/09/2013	1.000	6,01	6
PETROBRAS PN	Comprado	17/12/2013	2.000	17,64	34
CIA HEERING ON	Comprado	23/12/2013	500	32,38	15
ELETROPAULO PN	Comprado	23/12/2013	1.000	6,79	7
Total			41.824		345

A Corretora reconheceu no semestre de 2014 um ganho de R\$26; e, no semestre de 2013, perda no montante de R\$ 13, oriundos basicamente dos contratos a termo de ações. Em 30 de junho de 2013, a Corretora possui posição em aberto com instrumentos financeiros derivativos, representados por operações a termo

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Período de 01/01/13 a 30/06/13				
	Capital Realizado	Reservas Especiais de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Lucros ou Prejuízos
Saldo no Início do Período em 01/01/13	160.000	5.905	1	-	165.906
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos	-	-	129	-	129
Lucro líquido (prejuízo) do período	-	-	-	(490)	(490)
Saldo no fim do Período em 30/06/13	160.000	5.905	130	(490)	165.545
Mutações do Período:	-	-	129	(490)	(361)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mirae Asset Securities (BRASIL) Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Corretora"), constituída em 8 de fevereiro de 2010, é uma empresa limitada, com sede em São Paulo, e possui como objetivo social operar em recinto ou em sistema mantido por bolsa de valores, subscribe, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda, intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado, comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros, encarregar-se da administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários, instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento, exercer funções de agente fiduciário, prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica em operações e atividades nos mercados financeiro e de capitais, realizar operações no mercado de câmbio, e exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto, pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Em reunião de sócios realizada em 25 de fevereiro de 2014 foi aprovada a incorporação com data-base em 31 de dezembro de 2013 da Mirae Asset Brasil Holdings Participações Ltda, mediante a versão da totalidade de seu patrimônio e da sucessão em todos os direitos e obrigações, com a consequente extinção da sociedade incorporada. Este ato foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 03 de julho de 2014.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas a partir de práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicável. Na elaboração dessas demonstrações foram utilizadas premissas e estimativas de preços para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. A apresentação das demonstrações financeiras contemplam valores oriundos da incorporação da Mirae Asset Brasil Holdings Participações Ltda. conforme descrito na nota 1. Estas informações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Corretora em 27 de julho de 2014.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Apresentamos, a seguir, o resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Corretora: **a. Atuação do resultado:** As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência. **b. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** Estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos. **c. Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimentos dos papéis, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: **(i) Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do semestre. Os títulos classificados nesta categoria são apresentados no ativo circulante do balanço patrimonial, independentemente do prazo de vencimento; **(ii) Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício; e **(iii) Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadrem como para

negociação nem como mantidos até o vencimento, e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, que determina o valor líquido provável de realização através de parâmetros que compreendem, entre outros, o preço médio de negociação para títulos e valores mobiliários semelhantes em relação aos prazos de pagamento e vencimento. As aplicações em cotas de fundos de investimento são registradas pelo valor de aquisição e atualizadas pelos respectivos valores das cotas divulgadas pelos administradores dos fundos. **d. Instrumentos financeiros derivativos:** Os contratos a termo representam compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados financeiramente. Na data da operação, deve ser registrado o valor final contratado, deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito. Os instrumentos financeiros derivativos designados como partes de uma estrutura de proteção contra riscos (hedge) podem ser classificados como: **d.1 Hedge de risco de mercado** - Os ativos e passivos financeiros objetos de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do exercício. **d.2 Hedge de fluxo de caixa** - Os ativos e passivos financeiros objetos de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações, em conta destacada no patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam os critérios de hedge contábil estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.082/2002, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do semestre. Os instrumentos financeiros derivativos designados a hedge cujos prazos e taxas são iguais aos do objeto de hedge não são contabilizados a valor de mercado, conforme Circular BACEN nº 3.150/2002. Em 30 de junho de 2014 e 2013 a entidade não possuía instrumentos financeiros classificados para fins de hedge de risco de mercado e hedge de fluxo de caixa. **e. Negociação e intermediação de valores:** Demonstrados por valores conhecidos e calculáveis,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em Milhares de Reais)

com Letras do Tesouro Nacional - LTN no valor de R\$ 6.504, liquidados no segundo semestre de 2013. Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se custodiados, na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

7. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

	30/06/2014	30/06/2013
Ativo circulante		
Outros créditos:		
Rendas a receber	379	460
Comissões e corretagens a receber	177	299
Serviços prestados a receber	202	161
Negociação e intermediação de valores	6.631	26.723
Devedores - conta liquidações pendentes (a)	6.473	26.550
Outros créditos por negociação e interm. valores	158	173
Diversos	385	611
Adiantamentos e antecipações salariais	27	36
Adiantamentos para pagamento nossa conta	278	—
Creditos tributários	1	—
Impostos e contribuições a compensar	54	575
Devedores diversos - País	25	—
Provisões para créditos de liquidação duvidosa (c)	(158)	(172)
Ativo não circulante		
Outros créditos:		
Diversos	1.304	—
Devedores por depósitos em garantia (d)	1.304	—

	30/06/2014	30/06/2013
Passivo circulante		
Outras obrigações:		
Sociais e estatutárias	—	1.275
Dividendos e bonificações a pagar	—	1.275
Fiscais e previdenciárias (curto prazo)	2.128	1.915
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	1.811	1.604
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	8	6
Impostos e contribuições sobre salários	136	149
Outros	173	156
Fiscais e previdenciárias (longo prazo)	—	97
Provisão para impostos diferidos s/ajuste TVM	—	97
Negociações e intermediações de valores	26.965	23.043
Credores - conta liquidações pendentes (a)	21.022	20.778
Caixa de registro e liquidação (b)	5.937	2.265
Operações de mercado e ativos financeiros	6	—
Diversas	960	966
Despesas de pessoal	580	598
Despesas administrativas	206	220
Outros pagamentos	174	147
Credores diversos - País	—	1

Passivo não circulante

Outras obrigações:

Diversas 281

Provisão para passivos contingentes (d) 281

(a) Refere-se, basicamente, a valores em trânsito de investidores, para os quais a Corretora presta serviços. (b) Refere-se a diferencial a liquidar com clientes e instituições do mercado pelas operações realizadas nos últimos pregões na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, cuja liquidação ocorre em até três dias úteis. (c) Refere-se à provisão para outros créditos de liquidação duvidosa. E constituída com base na expectativa de perdas na realização de valores de clientes pelas operações realizadas nos pregões da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. (d) Refere-se a depósitos judiciais de processos trabalhistas no montante de R\$ 281 (valor provisionado em passivos contingentes no mesmo montante); e, depósito judicial referente a anulação de decisão arbitral no montante de R\$1.023.

8. IMOBILIZADO, DIFERIDO E INTANGÍVEL

	30/06/2014		30/06/2013	
	Taxa de depreciação - %	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Móveis e equipamentos de uso Sistema	10	820	(402)	418
Sistema de comunicação	10	207	(84)	123
Sistema de processamento de dados	20	1.283	(923)	360
Sistema de transporte GPS	20	163	(117)	46
Sistema de segurança	10	39	(14)	25
Total		2.512	(1.540)	972

b. Diferido:

	30/06/2014		30/06/2013	
	Taxa de amortização - %	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Gastos em imóveis de terceiros - benfiteciários	20	818	(327)	491
Total		818	(327)	491

c. Intangível:

	30/06/2014		30/06/2013	
	Taxa de amortização - %	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Softwares	20	3.757	(2.555)	1.202
Total		3.757	(2.555)	1.202

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. A conciliação da despesa de imposto de renda ("IR") e contribuição social ("CS") é a seguinte:

	30/06/2014	30/06/2013
Apuração de IR/CS	6.625	(667)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(15)	(33)
(-) Participações estatutárias no lucro	6.610	(700)
Adições (exclusões)		
Despesas não dedutíveis	78	51
Provisão PIS e COFINS sobre ajuste de TVM	—	(221)
Despesas/(Recargas) de marcação a mercado sobre ajuste de TVM	—	4.754
Provisão para devedores duvidosos	—	158
Lucro real	6.688	4.042
(-) Incentivos Fiscais - PAT	1	1
Encargos à alíquota de 15% de IR	(1.003)	(606)
Adicional do IR de 10%	(657)	(392)
Encargos de 15% de CS	(1.003)	(606)
Total de despesas com IR e CS	(2.662)	(1.603)
Imposto de Renda diferido s/ajuste TVM	—	1.133
Contribuição Social Diferido s/ajuste TVM	—	680
Total do imposto diferido com IR e CS	—	1.813
Total de despesas com IR e CS	(2.662)	210
b. Origem das obrigações fiscais diferidas: PIS e COFINS diferidos sobre:		
Ajuste a valor de mercado de TVM - Disponíveis para venda	—	10
Total de obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias	—	10
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:		
Ajuste a valor de mercado de TVM - Disponíveis para venda	—	87
Total de obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias	—	87
Total de obrigações fiscais diferidas	—	97

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social totalmente subscrito no montante de R\$ 165.899 (R\$160.000 em 2013) está dividido em 165.898.739 cotas (160.000.000 em 2013), com valor nominal de R\$1,00 cada uma. Em 25 de fevereiro de 2014 foi aprovado pelos sócios o aumento de capital social no montante de R\$ 5.899, através da emissão de 5.898.739 novas cotas, referente a diferença patrimonial entre a Sociedade incorporada e a incorporadora, e homologada pelo Banco Central do Brasil em 03 de julho de 2014 (vide N1).

11. JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Nos semestres encerrados em 30 de junho de 2014 e 2013 não foram pagos juros sobre capital próprio.

12. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	30/06/14	30/06/13
a. Despesas de pessoal:		
Despesas com a diretoria	108	1.240
Despesas com salários	1.599	1.298
Despesas com encargos	560	863
Despesas com benefícios	313	378
Outras despesas	89	120
Total	2.669	3.899

A Diretoria

Reinaldo Dantas - Contador CRC nº 1SP 110330/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Administração da Mirae Asset Securities (Brasil) Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Mirae Asset Securities (Brasil) Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Corretora é responsável pela elaboração e adequação apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar

pelos controles internos que ela determinou como necessários para a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas

b. Despesas tributárias:

	30/06/14	30/06/13
Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS	109	82
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	671	502
Despesa com Imposto sobre Serviços - ISS	176	141
Outras	192	109
Total	1.148	834

c. Outras despesas administrativas:

	30/06/14	30/06/13
Despesas com aluguéis	619	527
Despesas com comunicação	266	102
Despesa de manutenção e conservação	104	62
Despesa com promoções e relações públicas	50	39
Despesas com propaganda e publicidade	28	35
Despesas processamento de dados	673	1.032
Despesas com serviços de terceiros	14	11
Despesas com serviços técnicos especializados	223	218
Despesas de viagens e estadias	69	8
Despesas com serviços do Sistema Financeiro	1.229	887
Depreciação e amortização	585	520
Condomínio	118	109
Outras	171	191
Total	4.149	3.741

13. AÇÃO DE BASILEIA (LIMITE OPERACIONAL)

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência ("PR") compatível com os riscos de suas atividades, superior ao mínimo de 11% do Patrimônio Exigido ("PRE"). A partir de julho de 2008, entram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Esse índice é calculado de forma consolidada, conforme demonstrado a seguir:

	30/06/14	30/06/13
Parcela de risco de crédito	5.084	3.610
Parcelas de risco de mercado	38.111	13.570
Parcela de risco operacional	3.360	3.295
Patrimônio de referência exigido (PRE)	46.555	20.475
Patrimônio de referência (PR)	177.831	165.545
Fator de risco - 11% sobre o patrimônio de referência (PR)	19.561	18.210
Índice de Basileia (% fator de risco/PRE)	42%	89%

14. PARTES RELACIONADAS

As operações com partes relacionadas em condições usuais de mercado, e estando assim representadas:

	30/06/14	30/06/13
	Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)
Outras obrigações - Sociais e estatutárias	—	(1.275)
Outras obrigações - Negociações e Intermediação de valores	—	—
Diretores e Sócios	(4)	(4)
Mirae Asset Securities Co.	—	6.469

Remuneração do pessoal-chave da Administração: Foi reconhecido para o semestre findo em 30 de junho de 2014 o montante de R\$ 108 (R\$ 1.240 em 2013), respectivamente, a qual é considerada benefício de curto prazo.

15. GERENCIAMENTO DE RISCO

15.1 Estrutura de gerenciamento de riscos: A avaliação dos riscos é fundamental para a tomada de decisão da Corretora. Por isso, a Corretora conta com uma estrutura de Gerenciamento de Riscos, que é constituída de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e atividades desenvolvidas. A administração é o órgão máximo responsável pela deliberação dos assuntos relacionados ao gerenciamento de riscos. A identificação, a apuração, o monitoramento e o reporte dos riscos são realizados por unidade específica que dispõe de uma equipe de especialistas, atuando de maneira independente das unidades de negócio (segregação de funções).

15.2 Análise de sensibilidade (PV01), testes de estresse e backtests. Análise de sensibilidade, teste de estresse e backtests fazem parte de práticas de gestão interna do risco de mercado, ou seja, está voltada ao controle gerencial. Em conformidade com a regulamentação do Banco Central do Brasil, as informações acerca de sua estrutura de gerenciamento de risco estão disponíveis no site do BACEN. **15.3 Estrutura de gerenciamento de riscos operacionais:** Conforme a Resolução CMN nº 3.380/2006, a Corretora considera risco operacional "a possibilidade de ocorrência de perdas

resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos". A Corretora possui uma estrutura específica para gerenciamento e controle dos riscos operacionais. Para identificação e avaliação dos controles internos utiliza critérios baseados na estrutura integrada do COSO - Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway. O monitoramento dos riscos operacionais é realizado continuamente por meio de registros de eventos de perdas, garantindo que os eventos relacionados a este risco sejam identificados e reportados aos responsáveis pelo seu gerenciamento.

15.4 Estrutura de gerenciamento de riscos de mercado: Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação dos valores de mercado de posições detidas pela instituição. A Corretora possui políticas e estratégias para o gerenciamento do risco de mercado baseadas nas diretrizes do Comitê de Basileia, estando em conformidade com a Resolução CMN nº 3.464/2007. O gerenciamento do risco de mercado consiste em um conjunto de instrumentos para a identificação, mensuração, a avaliação, o monitoramento e o controle do risco, com uma clara definição de responsabilidades, níveis de alçada e de reporte. Para mensurar o risco de mercado existe um acompanhamento diário através de relatórios para monitoramento de limites de exposição por grupo de risco e stop loss.

15.5 Estrutura de gerenciamento de risco de liquidez: Risco de liquidez pode ser entendido como a possível incapacidade da instituição honrar suas obrigações, causada pela ocorrência de desequilíbrios entre a entrada e saída de recursos no fluxo de caixa. A Corretora gerencia o risco de liquidez através do permanente monitoramento do fluxo de caixa esperado, definição de níveis mínimos de liquidez, da delegação de responsabilidades, de níveis de alçada e de reporte. Este gerenciamento é baseado nas diretrizes do Comitê de Basileia, estando em conformidade com a Resolução CMN nº 2.804/2000. Os métodos utilizados pela Corretora para a gestão do risco de liquidez são: Análise do Fluxo de Caixa, Gap de Liquidez. Em atendimento às Resoluções 3.380/06, 3.464/07, 3.721/09 e 3.988/11 do CMN, as estruturas de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital, estão disponíveis em www.mitrade.com.br.

16. CONTINGÊNCIAS

Em 30 de junho de 2014 e 2013, existiam processos judiciais cuja avaliação de risco efetuada pelos assessores legais foi de risco possível e provável. O passivo contingente é incerto e depende de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos, assim sendo não foram provisionados os processos de risco possível.

Natureza	Quantidade de causas	Valor estimado das causas
Processo trabalhista (risco provável) (*)	1	281
Processo cível (risco possível)	1	500
Descrição da contingência: (*) No exercício de 2013 foi provisionado para contingências trabalhistas o montante de R\$ 281 e o mesmo montante foi depositado judicialmente, visando a garantia do juízo para oposição de embargos a execução. Processos trabalhistas - Busca o pagamento de pretensões direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional. O valor da causa foi estimado com base na notificação judicial. Processo cível - Pleito de indenização por danos materiais, morais e lucros cessantes versando sobre questões atinentes a quebra de cláusula de acordo que transita em Câmara de Arbitragem do Mercado. O valor da causa foi estimado pelo assessor legal, quando do recebimento da notificação judicial e acompanhamento do processo.		

17. OUTROS ASSUNTOS

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973, que converteu a Medida Provisória nº 627. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe: • A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais; • A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e • O parcelamento especial de Contribuição para o PIS/PASEP e para o COFINS. A referida Lei ainda será regulamentada, entretanto, em nossa avaliação, não haverá impactos futuros relevantes em nossas Demonstrações Contábeis.

KPMG

São Paulo, 27 de Agosto de 2014.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6Jubran Pereira Pinto Coelho
Contador CRC 1MG07045/O-0 TP